



5. Sem prejuízo para o sentido original e a correção gramatical,

- (A) uma vírgula pode ser inserida imediatamente após “revolucionários”, no segmento... *o governo americano apoiara abertamente os revolucionários e Nova York, Nova Orleans e Key West tinham aberto seus portos a milhares de cubanos em fuga.* (2º parágrafo)
- (B) o segmento ... *que imigraram para os Estados Unidos...* (3º parágrafo) pode ser isolado por vírgulas.
- (C) uma vírgula pode ser inserida imediatamente após “leituras”, no segmento *o material dessas leituras em voz alta, decidido...*, contanto que se suprima a vírgula colocada imediatamente após “alta” (4º parágrafo).
- (D) a vírgula colocada imediatamente após os parênteses que isolam o segmento ... *que pagavam o “lector” do próprio salário* (4º parágrafo), pode ser suprimida.
- (E) a vírgula colocada imediatamente após Céspedes, no segmento ... *Carlos Manuel de Céspedes, e duzentos homens mal armados...* (1º parágrafo) pode ser suprimida.

6. Tinham seus prediletos ... (4º parágrafo)

O verbo flexionado nos mesmos tempo e modo que o grifado acima está em:

- (A) *Dumas consentiu.*
- (B) ... *levaram com eles a instituição do “lector”.*
- (C) ... *enquanto uma fileira de trabalhadores enrolam charutos...*
- (D) *Despontava a nova capital mundial do Havana.*
- (E) ... *que cedesse o nome de seu herói...*

7. Afirma-se corretamente:

- (A) Em *pedindo-lhe que cedesse o nome de seu herói...* (4º parágrafo), o elemento destacado é um pronome.
- (B) O elemento destacado no segmento ... *uma escolha tão popular que um grupo de trabalhadores...* (4º parágrafo) NÃO é um pronome.
- (C) Em *que pagavam o “lector” do próprio salário...* (4º parágrafo), o elemento destacado substitui leituras.
- (D) Em *com o que parece ser uma atenção enlevada* (3º parágrafo), o elemento destacado refere-se a “charutos”.
- (E) Em *Os trabalhadores que imigraram para os Estados Unidos...* (3º parágrafo), o elemento destacado NÃO é um pronome.

8. *Quatro anos depois, Céspedes foi deposto por um tribunal cubano e, em março de 1874, foi capturado e fuzilado por soldados espanhóis.* (1º parágrafo)

Uma redação alternativa para a frase acima, em que se mantém a correção, a lógica e, em linhas gerais, o sentido original, está em:

- (A) Em março de 1874, após ter percorrido um período de quatro anos, um tribunal cubano depusera Céspedes, quando soldados espanhóis o capturou e fuzilou.
- (B) Após um período de quatro anos, um tribunal cubano depôs Céspedes, e, em março de 1874, soldados espanhóis capturaram-no e fuzilaram-no.
- (C) Depois de transcorridos um período de quatro anos, Céspedes foi deposto pelo tribunal cubano, o qual, em março de 1874, foi capturado e fuzilado pelos soldados espanhóis.
- (D) Em março de 1874, quatro anos depois de ter sido deposto por um tribunal cubano, Céspedes foi capturado por soldados espanhóis, que lhe fuzilaram.
- (E) Transcorridos quatro anos, um tribunal cubano depõe Céspedes, posto que, em março de 1874, soldados espanhóis lhe capturam e fuzilam.

Atenção: Para responder às questões de números 9 e 10, considere o trecho abaixo.

Reunir-se para ouvir alguém ler tornou-se uma prática necessária e comum no mundo laico da Idade Média. Até a invenção da imprensa, a alfabetização era rara e os livros, propriedade dos ricos, privilégio de um pequeno punhado de leitores.

Embora alguns desses senhores afortunados ocasionalmente emprestassem seus livros, eles o faziam para um número limitado de pessoas da própria classe ou família.

(Adaptado de: MANGUEL, Alberto, op.cit.)

9. Mantêm-se a correção e as relações de sentido estabelecidas no texto, substituindo-se *Embora* (2º parágrafo) por

- (A) Contudo.
- (B) Desde que.
- (C) Porquanto.
- (D) Uma vez que.
- (E) Conquanto.

10. Atente para o que se afirma abaixo.

- I. No segmento ... *a alfabetização era rara e os livros, propriedade dos ricos...*, a vírgula colocada imediatamente após *livros* foi empregada para indicar a supressão de um verbo.
- II. No texto, não se explicitam as razões pelas quais o ato de ouvir alguém ler tenha se tornado *uma prática necessária e comum no mundo laico da Idade Média*.
- III. No segmento ... *eles o faziam para um número limitado de pessoas...*, o elemento sublinhado refere-se a “emprestavam livros”.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II e III.
- (B) II.
- (C) I e II.
- (D) I e III.
- (E) III.



Atenção: Para responder às questões de números 11 a 13, considere o texto abaixo.

Foi por me sentir genuinamente desidentificado com qualquer espécie de regionalismo que escrevi coisas como: "Não sou brasileiro, não sou estrangeiro / Não sou de nenhum lugar, sou de lugar nenhum"/ "Riquezas são diferenças".

Ao mesmo tempo, creio só terem sido possíveis tais formulações pessoais pelo fato de eu haver nascido e vivido em São Paulo. Por essa ser uma cidade que permite, ou mesmo propicia, esse desapego para com raízes geográficas, raciais, culturais. Por eu ver São Paulo como um gigante liquidificador onde as informações diversas se misturam, gerando novas interpretações, exceções.

Por sua multiplicidade de referências étnicas, linguísticas, culturais, religiosas, arquitetônicas, culinárias...

São Paulo não tem símbolos que dêem conta de sua diversidade. Nada aqui é típico daqui. Não temos um corcovado, uma arara, um cartão postal. São Paulo são muitas cidades em uma.

Sempre me pareceram sem sentido as guerras, os fundamentalismos, a intolerância ante a diversidade.

Assim, fui me sentindo cada vez mais um cidadão do planeta. Acabei atribuindo parte desse sentimento à formação miscigenada do Brasil.

Acontece que a miscigenação brasileira parece ter se multiplicado em São Paulo, num ambiente urbano que foi crescendo para todos os lados, sem limites.

Até a instabilidade climática daqui parece haver contribuído para essa formação aberta ao acaso, à imprevisibilidade das misturas.

Ao mesmo tempo, temos preservados inúmeros nomes indígenas designando lugares, como Ibirapuera, Anhangabaú, Butantã etc. Primitivismo em contexto cosmopolita, como soube vislumbrar Oswald de Andrade.

Não é à toa que partiram daqui várias manifestações culturais.

São Paulo fragmentária, com sua paisagem recortada entre praças e prédios; com o ruído dos carros entrando pelas janelas dos apartamentos como se fosse o ruído longínquo do mar; com seus crepúsculos intensificados pela poluição; seus problemas de trânsito, miséria e violência convivendo com suas múltiplas ofertas de lazer e cultura; com seu crescimento indiscriminado, sem nenhum planejamento urbano; com suas belas alamedas arborizadas e avenidas de feiura infinita.

(Adaptado de: ANTUNES, Arnaldo. **Alma paulista**. Disponível em <http://www.arnaldoantunes.com.br>).

11. No texto, o autor

- (A) descreve São Paulo como uma cidade marcada por contrastes de diversas ordens.
- (B) assinala a relevância da análise de Oswald de Andrade a respeito do provincianismo da antiga São Paulo.
- (C) critica o fato de nomes indígenas, ininteligíveis, designarem, ainda hoje, lugares comuns da cidade de São Paulo.
- (D) sugere que o trânsito, com seus ruídos longínquos, é o principal problema da cidade de São Paulo.
- (E) utiliza-se da ironia ao elogiar a instabilidade climática e a paisagem recortada da cidade de São Paulo.

12. O autor

- (A) opõe a oferta de atividades de lazer disponíveis em São Paulo ao seu desapego pessoal por raízes geográficas, raciais e culturais.
- (B) atribui a tolerância à miscigenação brasileira à diversidade que se exprime com grande força em São Paulo.
- (C) encontra razões plausíveis para a violência da cidade de São Paulo e o crescimento sem limites de sua área urbana.
- (D) considera a falta de planejamento urbano da cidade de São Paulo a causa da feiura infinita de suas avenidas.
- (E) estabelece uma associação entre a diversidade típica de São Paulo e a falta de um símbolo que sirva de cartão postal para a cidade.

13. O verbo flexionado no plural que também estaria corretamente flexionado no singular, sem que nenhuma outra alteração fosse feita, encontra-se em:

- (A) *Não é à toa que partiram daqui várias manifestações culturais...*
- (B) *Sempre me pareceram sem sentido as guerras...*
- (C) *São Paulo são muitas cidades em uma.*
- (D) *São Paulo não tem símbolos que dêem conta de...*
- (E) *... onde as informações diversas se misturam...*

14. As regras de concordância estão plenamente respeitadas em:

- (A) O crescimento indiscriminado que se observa na cidade de São Paulo fazem com que alguns de seus bairros sejam modificados em poucos anos.
- (B) Devem-se às múltiplas ofertas de lazer e cultura a atração que São Paulo exerce sobre alguns turistas.
- (C) Apesar de a cidade de São Paulo exibir belas alamedas arborizadas, deveriam haver mais áreas verdes na cidade.
- (D) O ruído dos carros, que entram pelas janelas dos apartamentos, perturbam boa parte dos paulistanos.
- (E) Na maioria dos bairros de São Paulo, encontram-se referências culinárias provenientes de diversas partes do planeta.

**Raciocínio Lógico-Matemático**

15. O número de ordens judiciais decretadas pelo Órgão 1, há quatro anos, era igual ao número de ordens judiciais decretadas pelo Órgão 2, hoje. Daquela época para a atual, o número de ordens judiciais decretadas pelo Órgão 1 não mudou, mas o número de ordens judiciais decretadas pelo Órgão 2 cresceu 20%. Sabendo que os órgãos 1 e 2 somam, hoje, 6 000 ordens judiciais, então há quatro anos o número de ordens judiciais decretadas pelo Órgão 2 era igual a

- (A) 2 400.
- (B) 2 600.
- (C) 2 500.
- (D) 2 900.
- (E) 2 800.

16. Um tanque com 5 000 litros de capacidade estava repleto de água quando, às 00:00 hora de um certo dia, a água começou a escapar por um furo à vazão constante. À 01:00 hora desse mesmo dia, o tanque estava com 4 985 litros de água, e a vazão de escape da água permaneceu constante até o tanque se esvaziar totalmente, dias depois. O primeiro instante em que o tanque se esvaziou totalmente ocorreu em um certo dia às

- (A) 14 horas e 20 minutos.
- (B) 21 horas e 20 minutos.
- (C) 18 horas e 40 minutos.
- (D) 14 horas e 40 minutos.
- (E) 16 horas e 20 minutos.

17. Um funcionário tem que executar 500 tarefas do tipo A, 150 do tipo B e 300 do tipo C no prazo de alguns dias, sendo necessário finalizar as tarefas dos tipos A, B, e C simultaneamente ao final do último dia. De acordo com as instruções que recebeu, ele tem que realizar, por dia, sempre o mesmo número de tarefas A, o mesmo número de tarefas B e o mesmo número de tarefas C, sendo que a soma diária da quantidade de tarefas A, B e C realizadas seja a maior possível. Em tais condições, esse funcionário terá que realizar um total de tarefas diárias igual a

- (A) 10.
- (B) 21.
- (C) 15.
- (D) 19.
- (E) 25.

18. Uma empresa possui 31 funcionários. No dia da segurança do trabalho os funcionários presentes na empresa foram submetidos a um teste sobre prevenção de acidentes. A prova consistia em uma questão teórica (T), uma questão prática (P) e uma questão relacionada a procedimentos de evacuação do prédio (E). Cada questão da prova valia 1 ponto, todos os funcionários presentes fizeram a prova e nenhum tirou nota zero. Sobre os funcionários que fizeram a prova sabe-se ainda que:

- apenas 1 acertou somente (E);
- nenhum acertou apenas (T) e (E), nem apenas (T) e (P);
- 11 acertaram (P) e (E);
- apenas 7 acertaram somente (P);
- apenas 1 dos 31 funcionários da empresa faltou no dia da prova.

De acordo com os dados, o número de funcionários que tirou nota máxima na prova foi

- (A) 5.
- (B) 2.
- (C) 3.
- (D) 6.
- (E) 4.

19. Álvaro, Benedito, Cléber e outros dois amigos participam de uma corrida. Se apenas os cinco participaram dessa corrida, o número de possibilidades diferentes de maneira que Álvaro chegue antes que Benedito e este, por sua vez, chegue antes de Cléber é igual a

- (A) 20.
- (B) 24.
- (C) 18.
- (D) 22.
- (E) 26.

20. Diante, apenas, das premissas “Existem juízes”, “Todos os juízes fizeram Direito” e “Alguns economistas são juízes”, é correto afirmar que

- (A) todos aqueles que fizeram Direito são juízes.
- (B) todos aqueles que não são economistas também não são juízes.
- (C) ao menos um economista fez Direito.
- (D) ser juiz é condição para ser economista.
- (E) alguns economistas que fizeram Direito não são juízes.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Direito Civil**

21. Considere:

- I. A prescrição entre cônjuges, após o casamento, na constância da sociedade conjugal.
- II. Ação de evicção pendente.
- III. Ato judicial que constitua em mora o devedor.
- IV. Ato inequívoco, ainda que extrajudicial, que importe reconhecimento do direito pelo devedor.

De acordo com o Código Civil brasileiro, considera-se hipótese de interrupção da prescrição o que consta APENAS em

- (A) I e IV.
- (B) I e II.
- (C) I, II e III.
- (D) II, III e IV.
- (E) III e IV.

22. Marcia celebrará contrato de compra e venda de imóvel com Isaías possuindo a intenção de estipular cláusula especial de retrovenda. No tocante à retrovenda, Márcia

- (A) terá que respeitar o prazo decadencial máximo de dois anos previsto no Código Civil brasileiro.
- (B) terá que respeitar o prazo prescricional máximo de doze meses previsto no Código Civil brasileiro.
- (C) poderá estipular qualquer prazo uma vez que o Código Civil brasileiro não limita o tempo para o exercício da retomada do imóvel.
- (D) terá que respeitar o prazo decadencial máximo de três anos previsto no Código Civil brasileiro.
- (E) poderá estipular prazo não superior a cinco anos, sendo que este prazo, em casos excepcionais, poderá ser aumentado conjuntamente pelas partes.

23. No tocante ao depósito, considere as seguintes assertivas:

- I. O depósito necessário não se presume gratuito.
- II. Seja o depósito voluntário ou necessário, o depositário que não o restituir quando exigido será compelido a fazê-lo mediante prisão não excedente a dois anos.
- III. No depósito voluntário, em regra, a restituição da coisa deve dar-se no lugar em que tiver de ser guardada. As despesas de restituição correm por conta do depositante.
- IV. No depósito voluntário, o depositante é obrigado a pagar ao depositário as despesas feitas com a coisa, e os prejuízos que do depósito provierem.

De acordo com o Código Civil brasileiro, está coreto o que consta APENAS em

- (A) III e IV.
- (B) I, II e III.
- (C) II e IV.
- (D) I.
- (E) I, III e IV.

Direito Processual Civil

24. O agravo de instrumento

- (A) não pode ser convertido em agravo retido pelo relator, ainda que entenda que a decisão não é suscetível de causar à parte lesão grave e de difícil reparação.
- (B) pode ser interposto no prazo de dez dias, contados da publicação da decisão impugnada, e independe de preparo.
- (C) é um recurso exclusivo da parte autora, para submeter à superior instância o reexame de decisões interlocutórias.
- (D) contra decisão interlocutória proferida em audiência deve ser interposto no prazo de cinco dias.
- (E) não comporta recurso adesivo, mesmo que tenha sido interposto no prazo para a resposta do agravado.

25. É defeso ao juiz exercer as suas funções no processo contencioso ou voluntário quando for

- (A) amigo íntimo ou inimigo capital de qualquer das partes.
- (B) parte, parente, consanguíneo ou afim, de alguma das partes, em linha reta ou, na colateral, até o terceiro grau.
- (C) herdeiro presuntivo de qualquer das partes.
- (D) interessado no julgamento da causa em favor de uma das partes.
- (E) herdeiro donatário ou empregador de qualquer das partes.

26. No que concerne à execução por quantia certa contra devedor solvente,

- (A) são, absolutamente, impenhoráveis os livros, as máquinas, as ferramentas, os utensílios, os instrumentos ou outros bens móveis necessários ou úteis ao exercício de qualquer profissão.
- (B) podem ser penhorados, à falta de outros bens, os frutos e rendimentos dos bens inalienáveis destinados à satisfação de prestação alimentícia.
- (C) o executado pode remir a execução, pagando ou consignando a importância atualizada da dívida, mais juros, custas e honorários advocatícios, até trinta dias após a adjudicação ou alienação dos bens penhorados.
- (D) a impenhorabilidade é oponível à cobrança do crédito concedido para a aquisição do próprio bem.
- (E) a impenhorabilidade não alcança quantias depositadas em caderneta de poupança, qualquer que seja o valor.

27. Nos Juizados Especiais Cíveis, de acordo com a Lei nº 9.099/95,

- (A) a ação não poderá ser proposta no foro do domicílio do autor nas ações para reparação de dano de qualquer natureza.
- (B) a prova oral será reduzida a escrito, quando houver requerimento nesse sentido de qualquer das partes.
- (C) o juiz não poderá realizar inspeções em pessoas ou coisas.
- (D) não se admitirá sentença condenatória por quantia ilíquida, ainda que genérico o pedido.
- (E) o valor da causa deve corresponder à pretensão econômica no momento da execução da sentença.



28. Marcus, domiciliado em Cuiabá, mas proprietário de empresa com sede em São Paulo e filial em Salvador, pretende ajuizar ação fundada em direito pessoal contra três devedores solidários, residentes, respectivamente, em São Paulo, Curitiba e Salvador. A ação
- (A) poderá ser proposta em São Paulo, Curitiba ou Salvador, a critério do autor.
- (B) somente poderá ser proposta em São Paulo.
- (C) somente poderá ser proposta em Salvador.
- (D) somente poderá ser proposta em Curitiba.
- (E) poderá ser proposta no domicílio do autor.

Direito Penal

29. Segundo a jurisprudência dominante no âmbito do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, bem como do Superior Tribunal de Justiça, aliás em sintonia com segmento importante da doutrina brasileira mais contemporânea, no crime de falso testemunho ou falsa perícia,
- (A) é possível participação e autoria mediata.
- (B) é possível participação, mas não autoria mediata.
- (C) não é possível participação, mas sim autoria mediata.
- (D) é impossível participação ou autoria mediata.
- (E) é possível autoria indireta, mas não autoria mediata.

30. Para incluir-se no âmbito de proteção normativa do artigo 347 do Código Penal, a inovação da coisa na pendência de processo notadamente precisa ser
- (A) cênica e/ou arditosa.
- (B) importante e/ou significativa.
- (C) voluntária e/ou consciente.
- (D) oculta e/ou sub-reptícia.
- (E) irreversível e/ou irreparável.

31. NÃO é causa extintiva da punibilidade:
- (A) prescrição, após o lançamento do tributo.
- (B) morte do agente, após definitiva a condenação.
- (C) retratação do querelado, na calúnia contra os mortos.
- (D) perempção, na ação penal privada subsidiária da pública.
- (E) perdão judicial, na apropriação indébita previdenciária.

Direito Processual Penal

32. Aristides foi denunciado pela prática do delito de apropriação indébita previdenciária. Procurado para ser citado em sua residência, não foi localizado. Aristides foi então citado por edital. Não respondeu à citação, nem constituiu advogado. Diante disso, o juiz deverá
- (A) determinar a suspensão do processo e do curso prescricional.
- (B) determinar tão somente a suspensão do processo.
- (C) determinar a suspensão do processo e, por isso, decretar a prisão preventiva de Aristides.
- (D) nomear defensor dativo para apresentação de resposta.
- (E) determinar a citação de Aristides com hora certa.

33. Considere persecução penal baseada na prisão em flagrante dos acusados em situação de participação em narcotráfica transnacional, obstada pela Polícia Federal, que os encontrou tendo em depósito 46.700 gramas de cocaína graças à informação oriunda de notícia anônima. Neste caso, segundo entendimento jurisprudencial consolidado,

- (A) é nulo o processo *ab initio*, ante a vedação constitucional do anonimato.
- (B) a notícia anônima sobre eventual prática criminosa é, por si, idônea para instauração de inquérito policial.
- (C) a notícia anônima sobre eventual prática criminosa presta-se a embasar procedimentos investigatórios preliminares que corroborem as informações da fonte anônima, os quais tornam legítima a persecução criminal.
- (D) a autoridade policial não pode tomar qualquer providência investigatória a partir da notícia anônima.
- (E) a persecução criminal só poderia ser iniciada se a denúncia anônima estivesse corroborada por intercepção telefônica autorizada judicialmente.

34. A defesa de Alyson pretende alegar que o recurso de apelação interposto pelo Representante do Ministério Público é intempestivo. O termo inicial de contagem do prazo recursal para o Ministério Público se dá

- (A) da intimação operada no órgão de imprensa oficial.
- (B) a partir da entrega dos autos em setor administrativo do Ministério Público.
- (C) do momento em que o Representante do Ministério Público apõe seu ciente nos autos.
- (D) do termo de vista.
- (E) do termo de vista ou da intimação operada no órgão de imprensa oficial, contando-se o termo inicial a partir da data da segunda intimação.

35. André, juiz da Justiça do Trabalho, devidamente representado, ajuizou ação penal de iniciativa privada, mediante queixa-crime, contra Bruno, seu vizinho de condomínio, pela prática dos crimes de injúria e difamação de que teria sido vítima durante assembleia condominial ocorrida no edifício em que residem, no último dia 02 de novembro. Em relação a este fato,

- (A) a competência para processar e julgar este fato é da Justiça Federal, porquanto a vítima seja funcionário público federal.
- (B) a legitimidade para propositura da ação é exclusiva do Ministério Público, mediante representação da vítima.
- (C) a legitimidade para propositura da ação penal é concorrente entre Ministério Público, mediante representação, e vítima.
- (D) trata-se de hipótese de foro por prerrogativa de função, em razão de a vítima ser juiz da Justiça do Trabalho.
- (E) o caso deve ser processado mediante propositura de queixa na Justiça estadual, perante juiz de primeiro grau.



36. Ante o pedido de arquivamento de inquérito policial formulado tempestivamente pelo Procurador da República, Paulo, vítima do delito previsto no artigo 171, § 3º, do Código Penal, ingressa com queixa subsidiária, a qual deverá ser
- (A) rejeitada.
 - (B) processada, dando-se oportunidade de o Ministério Público aditá-la.
 - (C) processada como ação penal de iniciativa privada.
 - (D) rejeitada e o magistrado deve aplicar a regra do artigo 28 do Código de Processo Penal.
 - (E) processada e o Ministério Público deve reassumi-la como ação penal de iniciativa pública.

Direito Administrativo

37. Uma concessionária que explora rodovia estadual, no decorrer da execução das obras de duplicação de determinado trecho, não executou adequadamente as contenções das encostas. Durante uma tempestade ocorrida alguns dias após o início das obras, houve deslizamento de grande quantidade de terra de uma encosta, possibilitando a ocorrência de acidentes entre os veículos que trafegavam pelo local no momento. Diante dessa narrativa e levando em conta o disposto na Constituição Federal,
- (A) está-se diante de força maior, excludente de responsabilidade, tanto para a concessionária de serviço público, quanto para os motoristas envolvidos nos acidentes.
 - (B) a concessionária estadual responde, objetivamente, pelos danos causados, comprovado o nexo de causalidade com o ato dos representantes daquela empresa, que não executaram adequadamente as obras necessárias para evitar o incorrido.
 - (C) a concessionária estadual responde, civilmente, pelos acidentes ocorridos, desde que reste demonstrada a culpa de, pelo menos, um de seus funcionários que atuavam nas obras de duplicação.
 - (D) o Estado responde, objetivamente, pelos danos causados, na qualidade de titular do serviço que era prestado pela concessionária, esta que não pode ser responsabilizada diretamente, apenas pela via regressiva.
 - (E) o Estado responde, objetivamente, pelos danos causados pela tempestade, tendo em vista que o poder público responde, direta e integralmente, pelos atos de suas concessionárias de serviço público, inclusive em razão da ocorrência de força-maior.

38. O agente competente de um órgão público emitiu determinada licença requerida por um particular. Posteriormente, no mesmo exercício, em regular correição na repartição, identificou-se que o agente não observou que não foi preenchido um dos requisitos legais para aquela emissão. Em razão disso, a autoridade competente, sem prejuízo de outras possibilidades aqui não cotejadas,
- (A) poderá revogar a licença concedida, instaurando processo administrativo com observância da ampla defesa e do contraditório.
 - (B) não poderá anular a licença emitida, em razão do direito adquirido do particular beneficiado com o ato.
 - (C) não poderá anular a licença emitida, tendo em vista que se trata de ato administrativo cujos efeitos já foram exauridos, não havendo motivação para a revisão do mesmo.
 - (D) deverá anular a licença emitida, diante da ilegalidade verificada, garantindo, para tanto, a observância, em regular processo administrativo, do contraditório e da ampla defesa.
 - (E) deverá ajuizar medida judicial cautelar para suspender a licença concedida e pleitear a anulação posterior em ação judicial autônoma.

39. A Administração pública tentou adquirir um terreno para edificação de casas populares, terreno esse que pertence a um particular e está livre e desocupado de pessoas e coisas. O particular não concordou com o valor oferecido pela Administração pública, que apurou o justo preço por meio de duas avaliações administrativas realizadas por empresas idôneas. Com a recusa do particular, a Administração pública

- (A) deverá declarar de utilidade pública e desapropriar o imóvel, tendo em vista que o particular não possui justa fundamentação para a recusa.
- (B) poderá declarar de utilidade pública a área, promovendo a desapropriação administrativamente, via mais célere que a judicial.
- (C) poderá declarar de interesse social o imóvel, ajuizando a competente ação de desapropriação para aquisição originária da área, oferecendo em juízo o valor que apurou a título de justa indenização.
- (D) deverá desistir da compra e da desapropriação pretendidas, providenciando uma terceira avaliação para instruir eventual ação judicial de aquisição compulsória, tendo em vista que os demais trabalhos técnicos já haviam cumprido seus efeitos.
- (E) deverá desapropriar o imóvel administrativamente, editando decreto de declaração de interesse social sobre o imóvel, dotado do atributo da autoexecutoriedade.

Direito Constitucional

40. À atividade judicial de evitar a anulação da lei em razão de normas dúbias nela contidas, desde que, naturalmente, haja a possibilidade de compatibilizá-las com a Constituição Federal, dá-se o nome de
- (A) interpretação autêntica da Constituição.
 - (B) controle concentrado de constitucionalidade.
 - (C) interpretação conforme a Constituição.
 - (D) interpretação analógica da Constituição.
 - (E) integração constitucional por via de controle difuso e interpretação literal.
41. Sobre o alistamento eleitoral e o direito do voto, a Constituição Federal estabelece que
- (A) a facultatividade aplica-se apenas aos analfabetos, aos maiores de 70 anos e aos maiores de 16 e menores de 18 anos.
 - (B) a facultatividade aplica-se somente aos analfabetos.
 - (C) o voto no sistema eleitoral brasileiro é obrigatório a todos.
 - (D) o alistamento eleitoral no sistema brasileiro é obrigatório a todos.
 - (E) o alistamento é obrigatório, mas o voto é facultativo aos estrangeiros residentes no Brasil.



42. Lei que instituisse tributo interestadual incidente sobre passagem aérea, ferroviária ou rodoviária de transporte de passageiro seria
- (A) constitucional, mas não poderia ser cobrada no mesmo exercício financeiro em que tenha sido publicada a lei que instituiu o tributo.
- (B) constitucional, mas não poderia atingir as passagens emitidas anteriormente ao fato gerador.
- (C) inconstitucional, pois é vedado estabelecer limitações ao tráfego de pessoas por meio de tributos interestaduais.
- (D) inconstitucional, pois já existem pedágios e taxas de embarque em aeroportos.
- (E) inconstitucional, por violar o princípio da capacidade contributiva.

Direito Previdenciário

43. Considere as seguintes hipóteses:
- I. Pensão por morte requerida no vigésimo dia após o óbito.
- II. Pensão por morte requerida no trigésimo quinto dia após o óbito.
- III. Pensão por morte requerida no décimo quinto dia do óbito.
- IV. Pensão por morte requerida após sessenta dias do óbito.
- De acordo com a Lei nº 8.213/91, a pensão por morte será devida a partir da data do requerimento APENAS nas hipóteses
- (A) I, II e IV.
- (B) II e III.
- (C) I.
- (D) II e IV.
- (E) I e III.

44. Matias é militar da União e sua mulher, Catarina, é militar do Estado de São Paulo. Nestes casos, em regra, de acordo com a Lei nº 8.212/91,
- (A) apenas Matias é excluído do Regime Geral de Previdência Social consubstanciado na referida lei, independentemente do amparo por regime próprio de previdência social.
- (B) Matias e Catarina são, obrigatoriamente, excluídos do Regime Geral de Previdência Social consubstanciado na referida lei.
- (C) apenas Catarina é excluída do Regime Geral de Previdência Social consubstanciado na referida lei, independentemente do amparo por regime próprio de previdência social.
- (D) Matias e Catarina são excluídos do Regime Geral de Previdência Social consubstanciado na referida lei, desde que amparados por regime próprio de previdência social.
- (E) Matias e Catarina são segurados obrigatórios do Regime Geral de Previdência Social consubstanciado na referida lei.

45. De acordo com a Lei nº 8.742/93, o Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS
- (A) não possui competência para normatizar as ações e regular a prestação de serviços de natureza pública e privada no campo da assistência social.
- (B) é presidido por um de seus integrantes, eleito dentre seus membros, para mandato de 2 anos, permitida uma única recondução por igual período.
- (C) contará com duas Secretarias Executivas e uma Secretaria Administrativa, a qual terá sua estrutura disciplinada em ato do Poder Executivo.
- (D) não possui competência para aprovar a Política Nacional de Assistência Social.
- (E) é composto por 18 membros e respectivos suplentes, cujos nomes são indicados ao órgão da Administração Pública Federal responsável pela coordenação da Política Nacional de Assistência Social.

46. De acordo com a Lei nº 8.213/91, em regra, a concessão do benefício do auxílio-doença
- (A) não possui período de carência pré-estabelecido.
- (B) está sujeita a carência de doze contribuições mensais.
- (C) está sujeita a carência de seis contribuições mensais.
- (D) está sujeita a carência de quinze contribuições mensais.
- (E) só estará sujeita ao período de carência se a concessão inicial for de, no mínimo, trinta dias.

Direito Tributário

47. Sobre a suspensão da exigibilidade do crédito tributário,
- (A) a obtenção é possível somente judicialmente.
- (B) em havendo suspensão, do crédito tributário, cabe ao contribuinte a obtenção de certidão positiva com efeitos de certidão negativa.
- (C) não impede a propositura de execução fiscal por parte do Fisco, tendo em vista que a mesma não suspende prazo decadencial.
- (D) também ficam suspensas as obrigações acessórias decorrentes do mesmo tributo, cuja obrigação principal está suspensa.
- (E) a oposição de embargos à Execução Fiscal é causa de suspensão da exigibilidade do crédito tributário expressamente prevista na Lei de Execução Fiscal.



48. Sobre o crédito tributário, é correto afirmar que

- (A) não pode ser objeto de lançamento enquanto estiver suspensa sua exigibilidade.
- (B) é exigível judicialmente a partir do momento em que o contribuinte é notificado validamente do lançamento efetuado.
- (C) pressupõe inscrição em dívida ativa para se tornar exigível por Execução Fiscal, salvo se for concedido parcelamento do débito.
- (D) as causas de suspensão da exigibilidade não impedem o lançamento tributário, nem a inscrição em dívida ativa e a execução fiscal, mas impedem a arrematação ou adjudicação para satisfação do débito.
- (E) tem as causas de suspensão da exigibilidade eficazes somente antes do lançamento, pois após sua realização não é mais possível impedir que o Fisco cobre o crédito a que tem direito.

49. A conversão do depósito em renda,

- (A) pressupõe que exista arrematação de bem penhorado ou depósito como meio de garantir a execução fiscal e propor embargos à execução fiscal.
- (B) é procedimento administrativo de suspensão da exigibilidade do crédito tributário em sede de recurso administrativo.
- (C) não impede a discussão do crédito tributário em sede de mandado de segurança quando determinado por meio de penhora *on line*.
- (D) autoriza a emissão de certidão positiva com efeitos negativos enquanto não houver pagamento.
- (E) é procedimento para extinção do crédito tributário que foi precedido de depósito do montante integral como medida de suspensão da exigibilidade do crédito tributário.

50. Sobre repartição de receitas tributárias, analise os itens a seguir:

- I. Os Estados repartem com os Municípios o produto de sua arrecadação com o ICMS.
- II. A União reparte o produto de sua arrecadação com Imposto sobre a Renda Pessoa Física incidente na fonte com os Estados e Municípios.
- III. Os Municípios repartem o produto de sua arrecadação com Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza com os Estados.
- IV. O ente federado que institui empréstimo compulsório tem que repartir 25% do produto da arrecadação com os demais entes, em partes iguais.
- V. A União reparte com os Estados e Distrito Federal o produto de sua arrecadação com imposto residual.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) I e V.
- (B) II e IV.
- (C) III e V.
- (D) I, II e IV.
- (E) III, IV e V.

